

PÓS-MODERNISMO, PÓS-ESTRUTURALISMO E NOVA HISTÓRIA: A RECUSA DA RAZÃO TOTALIZANTE

Antônio Lúcio Campos Almeida*

Resumo: O presente estudo visa focalizar, em traços essenciais, o empreendimento convergente de determinadas correntes de pensamento, no campo da filosofia, das ciências sociais e da história, no sentido de ocupação de um espaço hegemônico excludente, tendo como substrato comum a tendência ao irracionalismo e o abandono da categoria da totalidade na explicação da realidade histórico-social. Por outro lado, intenta este estudo desvendar o caráter ideológico-político de tal *démarche*, visto que, mediante a diluição das categorias fundamentais da práxis social inovadora, reforça a tendência sempre crescente de adesão ao *status quo* neoliberal.

Palavras-chave: Totalidade, irracionalismo, pós-modernismo, pós-estruturalismo, nova história.

Abstract: The article attempts to discuss the essential traits of a movement which is bringing about the convergence of several currents in philosophy, social sciences and history, which have in common a tendency towards irrationalism and the abandon of the category of totality in the explanation of sociohistorical reality. The article also seeks to unveil the ideologico-political character of this *démarche*, since, through the dilution of the fundamental categories of an innovating social prexis, it strengthens an evergrowing acceptance of the neoliberal status quo.

Keywords: Totality, irrationalism, post-modernism, post-structuralism, new history.

Introdução

Não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue de modo decisivo o marxismo da ciência burguesa, é o ponto de vista da totalidade. (Lukàcs, 1989, p. 41).

A tendência ao irracionalismo marca fortemente o panorama das idéias contemporâneas e constitui fonte de preocupação para todos os que julgam acertadamente que não se abandona impunemente o modelo de racionalidade totalizante na explicação do real. Essa tendência se faz presente, sobretudo, no domínio da Filosofia, das Ciências Sociais e da História. Ela se consubstancia numa crítica geral à modernidade e à razão moderna. Essa ampla e diversificada *démarche* intelectual, quando submetida ao exame crítico, deixa entrever que estamos diante de uma grande operação ideológica, cujo poder de envolvimento emocional e de ocultamento teórico pretende instituir um

espaço em que se torne impossível pensar a sociedade fora das categorias que justificam o atual arranjo social, econômico e político neoliberal. Para compreender adequadamente a significação ideológico-política desse procedimento, impõe-se, de antemão, traçar em linhas essenciais o quadro conjuntural subjacente.

Esgotado o arranjo social do *Welfare State* pelo refluxo da “onda longa expansiva” (Mandel, 1982) que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial, a solução encontrada para manter a reprodução das taxas de lucro do capital foi uma redefinição do papel do Estado na arbitragem social, com a consequente ressignificação do conceito de cidadania. Convém observar, a propósito, que

a crise do *Welfare State* explicita o fracasso do único ordenamento sociopolítico que, na

* Mestrando em filosofia da educação pela Faculdade de Educação da Unicamp

ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos (Netto, 1993, p. 68).

Reconduzido o Estado a suas funções mínimas, quais sejam “prover uma estrutura para o mercado e prover os serviços que o mercado não pode fornecer” (Hayek, 1978, *apud* Merquior, 1991, p. 191), e liberado o mercado para cumprir a precípua função de instância mediadora das relações sociais, inevitável se fez que a significação teórico-prática de cidadania, como produto histórico dos embates de classes no interior da sociedade capitalista, tenha-se alterado substancialmente. Ao cidadão sujeito de direitos historicamente conquistados substituiu-se agora o cidadão consumidor. O fenômeno da progressiva exclusão social, já previsto por Marx, representa o corolário lógico da nova ordem capitalista.

Ora, visto que o pensamento das classes dominantes é sempre, em última instância, o reflexo das modificações operadas no interior das relações de produção, e tende a tornar-se o pensamento dominante de uma época, patenteia-se o caráter ideológico dos “novos paradigmas” de explicação do mundo. Neoliberalismo, “qualidade total”, pós-modernismo, pós-estruturalismo, “nova história” são os semblantes multifacetados dessa orquestração ideológica, cujo papel não se esgota na apresentação de alternativas, mas, como já salientamos, destinam-se a tornar inviável o espaço de operação de categorias diversamente orientadas. É o domínio do chamado “pensamento único”, que hoje se estende desde os produtos mercantis da indústria cultural e do “*fast thinking*” mediático até freqüentes elaborações teóricas de periódicos e produções acadêmicas.

Tratar tais vertentes do pensamento como simples modismos inconseqüentes, reflexo no plano do pensamento, da obsolescência programada dos produtos materiais no mercado globalizado, seria evitar a percepção do que há de grave e arriscado em tal empreendimento intelectual. Por diversificado que seja em suas motivações e fontes inspiradoras, subsiste um

substrato comum, um núcleo categorial, que é a tendência ao irracionalismo. Quando se declara não mais haver lugar para as “grandes narrativas”, quando se confere uma ênfase hiperbólica ao caráter fragmentário, provisório e cambiante de toda elaboração teórica, quando se sobrevaloriza o emocional e o imaginário na construção do conhecimento, quando se procura encontrar paradigmas epistemológicos em filosofias de matriz irracionalista, como Schopenhauer e Nietzsche, o caminho se abre à recusa de qualquer herança da razão iluminista.

Na intenção de tornar mais nítido esse quadro de idéias, propomo-nos analisar separadamente três manifestações que nos parecem mais inquietadoras, a saber, o *pós-modernismo*, o *pós-estruturalismo* e a *nova história*. Advertimos, no entanto, que as repetições temáticas são inevitáveis, visto serem tais movimentos confluentes para concepções teórico-metodológicas comuns.

O pós-modernismo

Em entrevista à Revista *Cultura Vozes*, o sociólogo francês Pierre Bourdieu simplesmente descartou a relevância teórica do chamado pós-modernismo, considerando-o como “*uma bobagem*”. Alegava Bourdieu que, paradoxalmente, se desenvolvem longos discursos para justificar a pretensa inviabilidade atual das “longas narrativas”. Por radical que seja, em sua generalização, é possível admitir que a fragilidade teórica de muitas manifestações dessa corrente, aliada à multiplicidade caótica dos níveis e planos de análise, impedindo qualquer síntese minimamente coerente, faça jus à tal julgamento sumário.

De fato, o pós-modernismo parece, por vezes, muito mais um amontoado de *slogans* sobre o fim da modernidade e sobre a “sociedade pós-industrial”, do que uma elaboração teórica que se pretenda filosófica. O que não tem impedido, no entanto, que o clima intelectual por ele instaurado se revele profundamente corrosivo.

Proclama-se, resumidamente, a caducidade das grandes sínteses teóricas derivadas do Iluminismo. O cerne da intenção iluminista,

como viu Kant, reside na idéia de emancipação do homem e da humanidade pelo exercício da razão crítica. O homem somente pode se auto-determinar como liberdade pelo saber racional. Pela razão ele se eleva à maioridade e conquista a autonomia. Do conceito axial de razão crítica derivam a possibilidade da ciência, da verdade e da reforma das instituições, com seu corolário último: a Revolução. Embora representando a ideologia da burguesia ascendente em sua oposição ao *Ancien Régime*, o Iluminismo detinha vetores que ultrapassavam os interesses de uma só classe e que apontavam para uma emancipação universal. Claro está que, enquanto movimento de idéias mais que sistema filosófico, o Iluminismo não é unívoco. A supervalorização do saber científico conduziu a contrafações manipulatórias da razão, à hipertrofia da razão instrumental. Isso ocorre, sintomaticamente, quando a burguesia revolucionária perde seu caráter universal. Todavia, nesse mesmo momento, por volta de 1848, o novo antagonismo burguesia-proletariado exaspera a luta de classes, ensejando a elaboração teórica do projeto de emancipação humana universal de Marx e Engels.

Ocorre que a crítica à modernidade realizada pelo pós-modernismo não se cinge apenas à hipertrofia da razão instrumental, mas dirige-se ao conjunto da racionalidade moderna e, em especial, à racionalidade marxista. Daí, por generalização, a decretação categórica da inviabilidade de qualquer síntese explicativa do real. Em seu lugar, propõe-se uma tarefa empobrecedora para a razão: já que não mais é possível a ambição de um pensamento totalizante do movimento do real, que se concentre a análise no fragmentário, no efêmero, nas singularidades irreduzíveis. Se não é mais possível vislumbrar um sentido na história, que se refugie a razão nas particularidades desconexas do cotidiano. Dessa forma, com o culto do fragmento, do que é efêmero e provisório, pretende-se dar adeus à Razão Iluminista.

O que realmente ocorre é que o hábito mental do fragmentário se instalou na mentalidade comum por influência dos meios de comunicação de massa. Ao extrapolar essa constatação empírica para o plano das impossibili-

dades teóricas, o pós-modernismo está aderindo ao discurso dominante que faz das *mass-media* o instrumento por excelência de alienação e de fetichização das relações sociais.

O pós-estruturalismo

Confesso desconhecer a razão do prefixo “pós” na designação desta vertente do pensamento contemporâneo. Talvez se deva à tendência hoje generalizada de prestigiar a pretensa superação dos paradigmas teóricos passados. De qualquer forma, essa versão mais recente do pós-modernismo vem se impondo como modismo de prestígio em certos meios culturais e acadêmicos, constituindo novo desafio aos defensores da racionalidade objetiva. Se pensarmos que modalidades do estruturalismo, especialmente as ligadas à antropologia de Lévi-Strauss, continham em germe uma filosofia explosivamente anti-humanista e potencialmente anti-racionalista, podemos considerar que seu sucedâneo ampliou ou radicalizou a *démarche* já em elaboração. A filosofia implícita no estruturalismo é condensada por Lepargneur (1972, pp. 129-130):

A cultura produz a consciência; a verdade do homem reside no inconsciente; à pergunta de Nietzsche: ‘Quem está falando?’, responde-se: ‘ninguém’ ou ‘ça’ ou ‘o sistema’, ‘o mistério do ser’; numa palavra, trata-se da filosofia da personagem de Samuel Beckett que declara: “Eu sou feito de palavras, das palavras dos outros.”

Como ocorre em outras versões “pós-modernas”, os pressupostos teóricos nem sempre são claramente expostos e justificados, mas a proposta é manifesta: trata-se de uma contestação dos fundamentos das ciências sociais e da própria filosofia, embasada em desenvolvimentos teóricos em torno do papel e da natureza da linguagem. Como fontes inspiradoras mencionam-se Foucault, Derrida, Barthes.

O sujeito histórico, fonte da práxis transformadora do real, sofre um descentramento e se dilui, substituído que é pelo poder ubíquo da linguagem e pelas “práticas discursivas”.

“A linguagem constitui o sujeito” – esta, a sùmula da filosofia pós-estruturalista. A categoria da política enquanto mediação essencial da práxis transformadora se dissolve, visto que o poder já não é referenciado a um centro, mas é concebido como uma miríade de focos, de “micropoderes”, em cujo nível se dá o jogo sempre reversível da dominação e da resistência. Os efeitos da “virada lingüística” não se detêm aí. Transformada em linguagem, em discurso, a realidade destitui-se de toda objetividade. Já não é possível distinguir entre o verdadeiro e o falso, porquanto a própria distinção, criada pela linguagem, só possui valor contextual. Se não há verdade no sentido forte do termo, não existe igualmente razão para se falar de ideologia. O conhecimento objetivo transmuda-se em “representação simbólica”, os referentes apartam-se da significação e ganham importância preponderante.

Ao lado da dessubstantivação do sujeito, da descentração da política e da desconstrução do conhecimento, o pós-estruturalismo realiza a “descausalização da história”, que passa a ser vista como lugar do fortuito e do contingente. Nega-se qualquer vínculo inteligível de necessidade entre os eventos ou entre as relações sociais. Nessa ótica, o marxismo, portador da concepção iluminista de progresso e de razão na história, será visto “como um efeito involuntário, e apenas derivativo, de uma antiquada episteme vitoriana” (Zaidan Filho, 1989, p.44). Se a existência de potencialidades imanentes no processo histórico, que cabe ao homem atualizar, não passa de ilusão, só resta às ciências sociais a tarefa descritiva da realidade, agora desprovida de qualquer dimensão ontológica. Pode-se indagar, então, que sentido ainda resta à práxis política, uma vez que as categorias normativas da práxis foram dissolvidas e negadas pela idéia central do homem como linguagem. Em suma, se não há verdade fora do “texto”, que papel cabe ainda à razão?

Diante de tal “filosofia”, o que surpreende é a aceitação acrítica que esse “novo paradigma” vem obtendo nos meios intelectuais brasileiros, a pretexto de “abertura aos novos discursos”. Em considerações críticas cheias de ambi-

güidades, Tomaz Tadeu da Silva (1994, pp. 247-248) termina por enaltecer o papel positivo do pós-estruturalismo na superação dos “dogmatismos” e das “metanarrativas”. Como sempre, o que se visa com tal discurso é a decretação da caducidade do marxismo, ao ensejo da crise do “socialismo real”. Confunde-se, sem mais, a crise de uma tradição marxista – o marxismo-leninismo – com a tradição marxista em geral. Podemos, sem favor, concordar com a recusa das interpretações talmúdicas da obra de Marx, o que contraria, aliás, o próprio caráter dialético que lhe é essencial. Se Marx deve ser superado, é exatamente no sentido da *aufhebung* dialética: negação-conservação-superação. Reconhecer o que é periférico e datado em seu sistema, atualizar as virtualidades analíticas nele contidas, constitui tarefa inelidível do marxismo autêntico.

A Nova História

Nesse rápido esboço das tendências dissolventes da racionalidade, que lugar pode ocupar a vertente mais recente na evolução da revista *Annales*, a saber, a chamada “Nova História”? A dificuldade reside aqui não só na apreciação que se possa fazer de suas propostas metodológicas preponderantes, mas também, já de início, na própria caracterização específica dessa escola ou movimento historiográfico. Dificuldade essa que se vincula, sobretudo, ao fato da enorme produção recoberta por tal epíteto. Na inviabilidade, portanto, de efetuar uma apreciação crítica global, cingimo-nos à consideração de alguns aspectos teórico-metodológicos que nos parecem geradores de inquietação. Eles dizem respeito, no essencial, à resignificação do conceito de ciência histórica com o abandono final no percurso do longo processo de evolução teórico-metodológica no interior dos *Annales*, de qualquer pretensão a ser uma elaboração totalizante do movimento do real. Pierre Nora é explícito:

É essa noção de história total que me parece problemática hoje (...). Vivemos uma história em migalhas, eclética, ampliada em direção às curiosidades, às quais não precisamos nos recusar (1974, apud Dosse, 1992, p. 182).

O desafio sempre presente em toda história dos *Annales* de integrar os progressos das ciências sociais – desafio a que não está ausente a constante preocupação de seus historiadores em manter a hegemonia no campo acadêmico e cultural – termina praticamente em capitulação final. A história se demite de seu estatuto científico autônomo e passa a constituir-se como “antropologia histórica”. Como objeto assume a descrição da “cultura material”. Que não nos engane o termo. Não se trata mais de analisar a base material dos processos sociais e de articular dialeticamente os dois planos numa explicação totalizante dos eventos históricos. “Cultura material” designa apenas um conjunto de elementos etnográficos: “hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos, hábitos mentais” (Burguière, 1990, apud Dosse, 1992, p. 174). Nessa linha inserem-se trabalhos sobre a história do gosto, da etiqueta, das *manières de table*, tomadas como indicadores de diferenciação social. Mergulha-se então na descrição dos costumes que se manifestam no cotidiano. Este, o cotidiano, passa a ser o quadro privilegiado dos “novos objetos” historiográficos: a criança, a mulher, a família, os marginalizados sociais, o homem comum. Essa microhistória é bem caracterizada por Carlo Ginzburg: “Propomos definir a micro-história e a história em geral como a ciência do vivido” (1981, apud Dosse, 1992, p. 175). Microobjetos que induzem os historiadores à busca de novas fontes documentais: a tradição oral, a história de vida, a memória dos mais velhos, a iconografia e semelhantes. Ainda sob a influência da etnografia, um outro objeto será privilegiado: a cultura. Esta é vista sobretudo pela clivagem cultura erudita / cultura popular. Campo certamente rico e promissor para o olhar histórico, não fosse o equívoco em que, freqüentemente, se incorre ao distanciar os dois níveis, ou em não se perceber a interconexão que se estabelece entre eles na constituição do complexo cultural de uma sociedade historicamente determinada. Introduce-se, dessa forma, uma hierarquia valorativa, atribuindo-se ao pólo erudito o lugar dinâmico da mudança e do progresso e ao pólo popular traços de permanência, de repetição e de atraso. Uma

estranha dialética de duas temporalidades então se estabelece: um tempo vivo, dinâmico, o das “elites”, e um tempo morto, estático, o das camadas populares. Acontece que a própria identificação da origem da cultura popular está sujeita a enganos. Como observa Dosse,

a adequação estabelecida entre uma cultura e o povo é artificial, pois essa cultura é, em geral, proposta ou imposta pelas classes dominantes, nas formas degradadas, específicas, destinadas ao povo, mas que não se enraízam nas camadas populares (Dosse, 1992, p. 177).

Os equívocos não param aí. O erro maior da “história cultural”, ou etno-história, é tratar a cultura como um domínio autônomo e não como uma instância superestrutural de uma sociedade historicamente determinada. Omite-se assim a determinação social da cultura, fazendo-a, ao contrário, a instância criadora do social.

Essas considerações sobre a vertente da etno-história já permitem introduzir a questão do caráter ideológico que vem assumindo a Nova História. É patente a postura conservadora – por vezes até reacionária – das novas produções historiográficas. As turbulências de maio de 68 levaram boa parte da intelectualidade francesa a uma atitude de recusa a qualquer projeto de transformação estrutural da sociedade do capital. O temor do futuro altera a visão do passado e os “novos historiadores” se distanciam sempre mais do viés iluminista que vê na história potencialidades de progresso e de transformação social. A matriz teórica marxista é sistematicamente negada em sua validade analítica. Refugia-se então numa paradoxal história sem historicidade. A supervalorização do cotidiano, a que já nos referimos, enquanto quadro privilegiado da duração, é indicativa dessa intenção de evitar a dialética presente-passado-futuro, essencial a toda ciência histórica que assuma a tarefa de revelar o potencial transformador inscrito no movimento do real. Se o presente é ameaçador, se o futuro está preñado de incógnitas, melhor fazer da história uma ciência neutra, apenas descritiva, desprovida de qualquer dimensão analítica politicamente comprometida. Melhor ainda limitar-se à super-

l'úcie epiknomenal do devir histórico, aos microbjetos, micropoderes, microsabereres. "Curiosidades", enfim, como confessa Pierre Nora. O modelo etnográfico presta-se então muito bem a essa história pasteurizada, história dos tempos mortos, em que os connitos e toda mudança significativa foram exorcizados. Presta-se, ainda, à desconstrução do sujeito, da práxis transformadora. *UÍLIO história sem homens:* a aspiração de Braudel é retomada pela Nova História, que para tanto realiza a mutação epistemológica necessária à operação de desreferenciar o real. Não é sem razão que Foucault, praticante dessa história de múltiplos centros, a vê com confessa simpatia.

O resultado é que não se fala mais de "história", mas de "histórias". Descrições, "curiosidades": este o segredo do sucesso mercantil alcançado pela Nova História. Se essa modalidade de escritura histórica ocupa um lugar de prestígio na indústria cultural, é porque, como observa Dosse

a influência da etnologia no discurso histórico correflonde a esse poder invasor dos meios de comunicação de massa que impõe sua lei e suas normas e é flonador de uma história cultural. (...) Encontramos na escola dos *Annotes* um helo exemplo de adaptação a essa sociedade dos meios de comunicação de massa. Ela se instala como modã cultural ao apresentar uma história em migalhas em uma sociedade cada vez mais fragmentada. (Dosse, 1992, p. I-O).

O mesmo cariz ideológico manifesta-se na tentativa de suprimir as discontinuidades históricas, de esvaziar os momentos de ruptura. Os saltos qualitativos operados pelas revoluções são, dessa forma, destituídos de significação progressista, ou então considerados como puros desvios da normalidade histórica, momentos de puro desvario totalitário. A interpretação dada por Marx à Revolução Francesa, como momento histórico privilegiado de exasperação da luta de classes e de superação do conflito de classes antagonicas, interpretação está retomada por Arbert Soboul, é submetida a uma radical revisão por François Furet, que, em síntese, vê na Revolução Francesa um período de

"deslúio do história". Perde-se então toda a significação simbólico-universal que a Revolução Francesa assume na obra de Marx.

Conclusões

As considerações precedentes visavam submeter a Nova História a um olhar crítico, recortando alguns aspectos (entre outros possíveis) que nos pareceram inquietantes relativamente ao estatuto epistemológico da história. A nosso ver, esses traços são reforçadores da tendência dissolvedora da racionalidade que encontramos em outras vertentes do pensamento contemporâneo.

Todavia, das análises feitas poderia resultar a impressão de um inteiro negativismo, o que seria injusto em relação a alguns autores e obras catalogados na designação genérica de Nova História. Além disso, seria confissão de ingenuidade denegar os méritos de avanço historiográfico na ampliação do campo de objetos ainda não contemplados pela análise anterior dos historiadores. Os equívocos não se situam aí, mas no modo de tratamento teórico-metodológico que é dado a tais objetos novos, e no projeto ideológico subjacente à mudança da concepção da história. Para efeito de síntese, algumas proposições básicas podem ser delincadas:

- Há, na Nova História, uma patente desconinuidade em relação às gerações anteriores dos *AIU/oles*, muito embora alguns traços tendenciais já estejam nelas presentes. O próprio novo título que assume a revista - "*Écol/oil/ies, Societés, Cívilizatiol/s*" - é revelador de alteração de rumos substancial. O projeto inicial da revista, o de ser uma história global, é totalmente riscado. Permanece, no entanto, a mesma ausência da categoria política, enquanto mediação analítica fundamental.
- A intenção de ele aproximar a história dos avanços metodológicos das ciências sociais termina numa perda de autonomia científica, dando a parecer que são estas - em especial a antropologia - que vêm a subsumir a história.

- Realiza-se uma omissão progressiva das determinações econômicas do movimento do real, ou, quando estas ainda se apresentam, não possuem nenhuma prioridade em relação a outras instâncias sociais. É sabido que os *Annales* sempre procuraram uma via intermediária entre o positivismo e o marxismo. Na Nova História, entretanto, há um refluxo em direção ao paradigma positivista e um afastamento sempre mais acentuado do modelo marxista.
- A procura de novos objetos, a influência do modelo etnográfico e, por fim, a recusa de concepções totalizantes levam a Nova História a uma fragmentação sempre crescente do objeto histórico. Assiste-se, ao final, à construção de um “fantástico caleidoscópio de microobjetos” (Zaidan Filho, 1989, p.22) desprovidos de sentido e de interconexões causais. Já não subsiste a unidade histórica: a grande História dá lugar às “histórias”.
- O modelo etnográfico, preponderante na escola, leva-a à perda da ambição explicativa do real. A história se resigna com a dimensão puramente descritiva. Renuncia a explicar porque a categoria da totalidade, fonte de sentido e de racionalidade, tornou-se apenas sinônimo de pluralidade do particular.
- Em correlato com a fragmentação do objeto, estreita-se a dimensão temporal do movimento do real. O cotidiano passa a ser o quadro de referência mais adaptado à descrição dos microobjetos.
- Opera-se, concomitantemente, a descentração do sujeito histórico. O agente histórico coletivo, único capaz de transformações significativas, é substituído pelo indivíduo confinado às suas particularidades. É sintomática, nesse sentido, a omissão da categoria de classe social e de seu correlato, a luta de classes.
- Em conseqüência, procura-se esvaziar o significado das rupturas revolucionárias, reduzindo-as à condição de “desvios da história”. Acentua-se, ao contrário, a importância dos bloqueios e das resistências

às mudanças, quando, com François Furet, se declara que “a *Revolução Francesa está terminada*”, fica patente a intenção ideológica reacionária de sepultar o passado inquietante e justificar a adesão ao discurso dominante do capitalismo “globalizado”.

Tudo, enfim, conflui para o abandono da visão iluminista da história como lugar dos progressos da razão no conflitivo processo da emancipação do homem. Com a diluição da racionalidade histórica, com o afastamento definitivo do modelo marxista, insere-se a Nova História no projeto geral, hoje tendencialmente hegemônico, da Desrazão.

Referências Bibliográficas

- Burguière, A. (1978). *La nouvelle histoire, “Encyclopédie”*, Retz.
- Dosse, F. (1992). *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp.
- Evangelhista, J. (1992). *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez.
- Furet, F. (1989). *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ginsburg, C. (1981). *Le Débat*, dezembro de 1981.
- Hayek, F. (1978). *Studies in philosophy, politics and economics*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Lepargneur, H. (1972). *Introdução aos estruturalismos*. São Paulo: Herder.
- Lukács, G. (1989). *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro / Porto: Elfos / Escorpião, p.41.
- Mandel, E. (1982). *O capitalismo tardio*. Introdução de Paulo Singer. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Economistas).
- Merquior, J. G. (1991) *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Netto, J. P. (1993). *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez (Col. Questões da Nossa Época).
- Nora, P. (1974). *Le Nouvel Observateur*, 7/05/1974.
- Silva, T.T. (Coord.). (1994) *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes.
- Zaidan Filho, M. (1989). *A crise da razão histórica*. Campinas: Papirus.